



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

3.14. Nova norma ainda não adotada

O normativo a seguir será adotado em períodos posteriores a data destas Demonstrações: **3.14.1. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023**
A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece as bases para a reforma tributária, unificando, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas cobranças: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal). Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a maior parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que aborda o Comitê Gestor do IBS e a repartição da arrecadação desse tributo, já foi aprovado na câmara dos deputados e aguarda aprovação no Senado.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto para monitorar a evolução da reforma e seus impactos operacionais, preparando-se para implementar as mudanças conforme as regulamentações forem publicadas pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor.

4. Gestão de risco

A Companhia possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a empresa consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo da empresa. A estrutura de gestão da Companhia, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas da Companhia estão organizadas em grupos, de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado a seguir:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.

- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.

- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados. O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas a Companhia está disposta a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela empresa.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do grupo econômico que a Companhia está inserida, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para a Companhia. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os ratings em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos da Companhia, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de Probabilidade de Default (PD), duration do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a exposição ao default, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1.1 Principais riscos associados aos investimentos

Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 1.446.778, correspondentes a 96% (R\$ 1.253.068, correspondentes a 98% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de rating (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 53.090 (R\$ 22.594 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há posição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* (VaR), que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

A Companhia realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente. Este indicador representa a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento 0,94;

(II) DV01 (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01:

Fatores de Risco	31/12/2024				31/12/2023			
	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	(23)	1 2.708	157.377	(39)	0,95 4.072	188.733		
IPCA	(109)	1 6.668	478.210	(156)	0,95 8.686	489.952		

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2024				Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos		
Caixa e bancos	909	-	-	-	909
Equivalente de caixa	4.247	-	-	-	4.247
Aplicações	226.745	274.990	993.759	1.495.494	
Créditos das operações de capitalização	57	-	-	-	57
Títulos e créditos a receber	535	14.495	-	-	15.030
Total de ativos	232.493	289.485	993.759	1.515.737	
Contas a pagar	14.214	1.089	-	-	15.303
Provisões técnicas – capitalização	568.812	479.503	331.444	1.379.759	
Débitos de operações com capitalização	2.387	-	-	-	2.387
Depósitos de terceiros	7	2	-	-	9
Total de passivos	585.420	480.594	331.444	1.397.458	

Ativos e passivos	31/12/2023				Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos		
Caixa e bancos	710	-	-	-	710
Equivalente de caixa	2.161	-	-	-	2.161
Aplicações	59.817	95.196	1.118.445	1.273.458	
Créditos das operações de capitalização	53	-	-	-	53
Títulos e créditos a receber	381	3.616	-	-	3.997
Total de ativos	63.122	98.812	1.118.445	1.280.379	
Contas a pagar	12.069	1.006	-	-	13.075
Provisões técnicas – capitalização	424.019	327.146	402.438	1.153.603	
Débitos de operações com capitalização	2.147	-	-	-	2.147
Depósitos de terceiros	173	-	-	-	173
Total de passivos	438.408	328.152	402.438	1.168.998	

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo os riscos legal, de compliance e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, focando na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação são controlados e gerenciados pela área de gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica da Companhia, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, participa da formação de novos produtos a serem lançados, e fornecer subsídios para os processos judiciais da Companhia.

Para os riscos de compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de compliance responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que todos os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco da Companhia no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazos. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

- Risco de sorteio: implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- Risco de persistência: implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- Risco da garantia de rentabilidade: implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- Risco das despesas administrativas: implica na possibilidade da Companhia ter mais despesas do que receitas, oriundas das quotas de carregamento.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração. Em 31 de dezembro de 2024, as receitas com títulos de capitalização atingiram um total de R\$ 828.844 (R\$ 738.601 em 31 de dezembro de 2023), distribuída em grande maioria na região Sul no montante de R\$ 822.632 representando 99% nesta data (R\$ 731.580 que representava 99% em em 31 de dezembro de 2023) e nas demais regiões no montante de R\$ 6.212 representando 1% (R\$ 7.021 representando 1% em em 31 de dezembro de 2023).

4.1.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os Riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado

e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da empresa para ciência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras, administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são aqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2024, esse montante era de R\$ 4.247 (R\$ 2.161 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) é de R\$ 493.973 (R\$ 537.605 em 31 de dezembro de 2023). Dessa forma, 31 de dezembro de 2024, os ajustes de avaliação patrimonial montam perdas brutas de tributos de R\$ 31.660 e líquidas, de R\$ 18.996 (perdas brutas de tributos de R\$ 5.273 e líquidas de R\$ 3.163 em 31 de dezembro de 2023), apresentado no item seguinte:

Categoria	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil/curva	Valor justo	Valor contábil/curva	Valor justo
Custo amortizado	226.840	232.335		
VJR justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA	462.313	532.332		
Valor justo por meio do resultado – VJR	810.588	510.952		
Total	1.499.741	1.275.619		
Circulante	810.588	510.952		
Equivalentes de caixa	4.247	2.161		
Aplicações financeiras	806.341	508.791		
Não circulante	689.153	764.667		
Aplicações financeiras	689.153	764.667		

5.1. Custo amortizado

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado que representam 15% da carteira:

	Taxas contratadas	Vencimento	31/12/2024	
			Valor contábil/curva	Valor justo
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,63%	Até 5 anos	226.840	195.628
Total			226.840	195.628

	Taxas contratadas	Vencimento	31/12/2023	
			Valor contábil/curva	Valor justo
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,63%	Até 5 anos	232.335	215.428
Total			232.335	215.428

5.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) que representam 31% da carteira:

	Taxas contratadas	Valor contábil/justo	31/12/2024	
			Valor contábil/curva	Valor justo
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	6,71%	19.132	22.153	
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 5,26%	443.181	471.820	
Total		462.313	493.973	
Não circulante		462.313	493.973	

	Taxas contratadas	Valor contábil/justo	31/12/2023	
			Valor contábil/curva	Valor justo
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,70%	79.514	85.547	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 5,26%	452.818	452.058	
Total		532.332	537.605	
Não circulante		532.332	537.605	

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil/justo	Valor justo	Valor contábil/justo	Valor justo
Vencimento em até cinco anos	439.018	507.371		
Vencimento acima de cinco anos	23.295	24.961		
Total	462.313	532.332		

5.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado (VJR) que representam 54% da carteira:

	Taxas contratadas	Valor contábil/justo	31/12/2024	
			Valor contábil/curva	Valor justo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	722.648		
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 2,91%	34.978		
Operações compromissadas	Selic	48.843		
Outros	-	(128)		
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	4.247		
Total		810.588		
Circulante		810.588		

	Taxas contratadas	Valor contábil/justo	31/12/2023	
			Valor contábil/curva	Valor justo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	451.808		
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 2,91%	36.593		
Operações compromissadas	Selic	20.433		
Outros	-	(43)		
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	2.161		
Total		510.952		
Circulante		510.952		